O TRABALHO

Órgão da Corrente O Trabalho do Partido dos Trabalhadores – Seção Brasileira da 4ª Internacional | www.otrabalho.org.br | R$ 4,00 (solidário R$ 5,00) | nº 780 – de 18 de fevereiro a 3 de março de 2016

SÓ A MOBILIZAÇÃO VAI DESATAR O NÓ DA CRISE!

NÃO À REFORMA DA PREVIDÊNCIA
BARRAR AS PRIVATIZAÇÕES
EM DEFESA DO SALÁRIO E DO EMPREGO

Luta de classe
Não à pricatização no setor elétrico
pág. 4

Nacional
Agora o alvo é Lula e o PT
pág. 6

Dossiê Educação
O que é a Base Curricular Comum
pág. 8

Internacional
Realizado o 9º Congresso da 4ª Internacional
pág. 9

Juventude Revolução prepara seu Encontro Nacional para maio

Em pauta, a luta em defesa da educação pública para todos

A Juventude Revolução (JR) iniciou a preparação do seu 14° Encontro Nacional (ENJR), previsto para os dias 26 a 29 de maio em São Paulo, capital. O ENJR deve reunir dezenas de jovens de diversos estados do país para debater a situação política e as lutas da juventude.

No centro do debate preparatório ao Encontro está a luta em defesa da educação pública e gratuita em todos os níveis, que é expressa na convocatória da atividade da seguinte forma:

"2015 terminou com uma importante vitória para a juventude brasileira: os estudantes em São Paulo obrigaram o governador Geraldo Alckmin (PSDB) a recuar do seu plano de reorganização, que pretendia fechar centenas de escolas e salas de aula. (...) Isso porque a escola está ameaçada, não só em São Paulo, mas em todo o país, como demonstra a luta dos estudantes de Goiás contra a militarização e a entrega das escolas às "organizações sociais", empresas privadas que administram escolas públicas.

A política de ajuste fiscal do governo Dilma continua cortando gastos sociais em nome do 'superavit primário'(...) Só no ano passado, R$11 bilhões foram cortados da educação. As universidades não têm dinheiro para pagar segurança, limpeza, contas e a assistência estudantil sofreu severos cortes. No Ensino superior são milhões de jovens disputando as vagas, que deveriam continuar crescendo para que todos tivessem o direito a estudar gratuitamente. Outros milhares brigam pelas vagas do FIES e do Pronatec, reduzidas com o corte. O ajuste atinge também os estados e municípios, diminuindo a arrecadação e os investimentos públicos.

A educação básica que já sofria com a falta de investimentos, com escolas sem laboratórios, bibliotecas ou quadras cobertas, com professores mal remunerados, está agora ameaçada com o fechamento de salas, das próprias escolas ou com a privatização."

Militantes da JR na Avenida Paulista, em 16 de dezembro

Outras questões importantes

A convocatória integra outras questões de importância para a juventude estudantil e trabalhadora, como a luta contra o genocídio da juventude negra nas periferias das grandes cidades e pela desmilitarização da polícia, a luta pela mudança da política econômica do governo Dilma, lutas que se inserem no processo de resistência ao futuro (ou falta de futuro) que o sistema capitalista em crise oferece às jovens gerações.

O Encontro da JR será totalmente autofinanciado, contando com a contribuição de militantes e simpatizantes, garantindo assim a independência política de uma organização revolucionária da juventude. Ele será preparado com uma tribuna de debates com textos publicados no site da JR, escritos pelos próprios militantes, sobre as questões que afligem a juventude.

Convidamos os jovens estudantes e trabalhadores a entrarem em contato com os núcleos da JR para se associarem à preparação do Encontro nacional de maio próximo.

Luã Cupolillo

Descriminalização do aborto!

Casos de microcefalia recolocam debate sobre esse direito das mulheres

Dados divulgados no final da primeira quinzena de janeiro de 2016 pelo Ministério da Saúde indicam mais de 3.500 recém-nascidos com suspeita de microcefalia, possivelmente relacionada ao vírus zika, transmitido pelo mesmo mosquito da dengue e da chikungunya (ver também na pag. 6).

A microcefalia é uma má-formação em que a criança nasce com a cabeça menor do que o normal. O cérebro não se desenvolve de maneira adequada e as crianças podem ter problemas de cognição, locomoção e audição.

A situação é grave, com maior incidência no Nordeste, e os casos de recém-nascidos com microcefalia só passaram a ser computados oficialmente a partir de outubro de 2015.

Embora ainda não haja provas de relação direta entre o vírus zika e a microcefalia, o fato é que muitas "mulheres vão abortar, com autorização legal ou não", como afirmou Kleber Luz (FSP, 31/01), médico infectologista e pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz (RJ) que identificou o primeiro caso de zika no Brasil.

Em São Paulo, grávidas com infecção pelo vírus zika estão recorrendo ao aborto clandestino antes mesmo da confirmação se o feto tem ou não microcefalia. Os preços em clínicas particulares variam entre R$ 5 mil e R$ 15 mil, dependendo do estágio da gestação (FSP, 31/01). Mas a maioria das mulheres grávidas infectadas pelo zika são jovens, negras e pobres que não podem pagar clínicas. O aborto, antes dos casos de microcefalia, já era uma das principais causas de morte de mulheres no Brasil, atingindo anualmente, segundo dados do MS, cerca de 200 mil óbitos.

Uma questão de saúde pública

O Brasil é um Estado laico e a descriminalização do aborto é uma questão de saúde pública. Mas grupos reacionários e obscurantistas não hesitam em defender seus dogmas, mesmo que às custas da vida de milhares de mulheres. O secretário-geral da Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), Leonardo Steiner, disse: "A microcefalia ocorre no Brasil há anos. Estão aproveitando o momento para introduzir novamente o assunto do aborto", e ainda teve a infelicidade de acrescentar, "o aborto favorece a eugenia, uma prática para selecionar pessoas perfeitas" (OESP, 10/01)!

O ministro da Saúde, Marcelo Castro (PMDB), disse que "a lei (brasileira) proíbe aborto" (OESP, 05/02). Dilma silencia sobre a questão, mas recebe as cúpulas das igrejas para discutir como "combater o zika virus".

O Brasil tem uma das legislações mais atrasadas do mundo em relação ao aborto, permitido somente em casos de risco à saúde da gestante, quando a gravidez é resultante de estupro e também nos casos de anencefalia fetal. É mais do que urgente a descriminalização do aborto!

Kalinka Jezari

Alckmin fecha salas de aula

O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), começou o ano fechando 1.112 salas de aula, segundo levantamento da Apeoesp (sindicato dos professores), que podem chegar a 2.200. Forçado a recuar de seu plano de reorganização (e fechamento) de escolas estaduais diante do movimento de ocupação e resistência dos secundaristas, Alckmin agora pretende fechar salas, o que lotaria ainda mais as que sobrarem e provocaria a transferência de alunos. Tudo para cortar gastos, enquanto rolam denúncias de corrupção na Secretaria de Educação com o dinheiro das merendas!

Em Guarulhos, a E.E. Maria Aparecida Ranzanni fechou oito turmas do Ensino Fundamental II. Já na E.E. Ilia Zilda (ocupada no ano passado), relata Lays Santos de 16 anos, "teve o fechamento de uma turma do 3º colegial no período noturno, os estudantes se juntaram e foram pedir uma justificativa na direção da escola, que alegou que a ordem veio da Diretoria de Ensino por insuficiência de alunos". Lays, que está ajudando a criação de um grêmio na escola, explica que "estamos passando um abaixo assinado com os alunos e pais que querem a reabertura da sala". O ano escolar começa quente!

GOIÁS: ESTUDANTES E PROFESSORES PRESOS

Em 15 de fevereiro, 31 pessoas foram detidas quando a PM forçou a desocupação da Secretaria da Educação. Os estudantes estão em luta contra a entrega, pelo governador Marconi Perillo (PSDB), de escolas para Organizações Sociais e para a PM. No fechamento desta edição, ocorria a audiência cautelar de 18 companheiros que continuavam detidos (13 foram liberados no mesmo dia). Todo apoio e solidariedade aos colegas de Goiás!

Aonde vai o governo Dilma?

Enquanto se acumulam sinais de uma recaída na crise financeira e econômica mundial, com novos ataques aos direitos dos trabalhadores e ações de guerra contra os povos, aqui no Brasil o governo Dilma insiste na mesma política que o isolou de sua base popular e abriu terreno para a ofensiva da direita reacionária em 2015.

Na hora em que Lula se transforma no principal alvo das operações judiciais manipuladas – visando a destruição do PT -, o ministro Jaques Wagner, segundo o blog de Fernando Rodrigues (UOL), reúne-se com empresários em São Paulo para dizer que "Dilma não recupera mais sua popularidade, mas quer deixar o legado da reforma da Previdência". Wagner desmentiu a primeira parte da frase (a da popularidade), mas não a segunda.

É o teatro do absurdo. Dilma só não caiu em 2015 graças às mobilizações puxadas pela CUT e organizações do movimento popular e estudantil contra o ajuste fiscal e contra o golpe. A saída do ministro Levy parecia indicar um novo rumo para o governo, mas essa expectativa foi frustrada com o anúncio de privatizações no setor elétrico e de um novo ataque à Previdência pública.

Assim, contra a base social que a elegeu e contra a opinião de seu próprio partido, o PT, Dilma flerta com as propostas da "ponte para o futuro" do PMDB e admite flexibilizar até as regras de partilha no Pré-sal, dialogando com a projeto que Serra (PSDB) apresentou no Senado. Estaria o governo buscando outra base de apoio, contraditória com a que o reelegeu? O que é certo é que Dilma se afasta cada vez mais do mandato popular que recebeu em outubro de 2014.

ESTARIA O GOVERNO BUSCANDO OUTRA BASE DE APOIO QUE NÃO AQUELA QUE O REELEGEU?

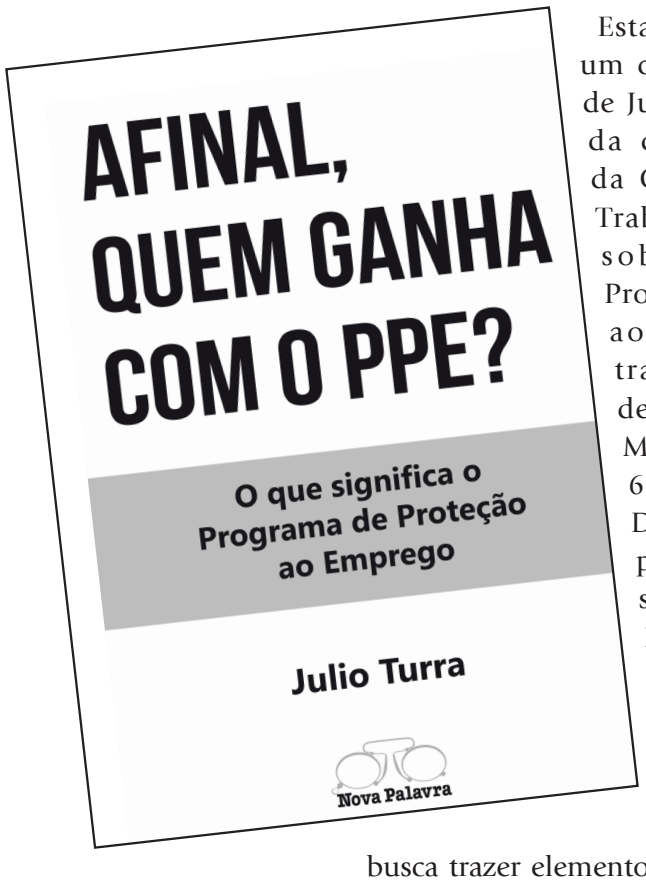
O que ressalta o papel da CUT, que não deve ceder às pressões do Planalto para aceitar retrocessos na Previdência, e que deve seguir mobilizando, junto com seus aliados dos movimentos populares, contra as privatizações e o ajuste fiscal com seu cortejo de demissões e cortes de direitos, em favor de outra política que preserve o Brasil, seu povo e a classe trabalhadora que o constrói, dos efeitos terríveis da crise imperialista mundial.

A mobilização nacional proposta pela CUT e demais entidades das frentes Brasil Popular e Povo sem Medo em 31 de março é o momento de concentrar as exigências de mudança de política dirigidas ao governo Dilma.

Ressalta também a responsabilidade dos petistas que querem defender o seu partido da extinção e resgatar as suas melhores tradições, agindo como um verdadeiro Partido dos Trabalhadores para superar o impasse da crise em que se meteu o governo Dilma.

É a serviço desse objetivo que se prepara o Encontro Nacional do Diálogo e Ação Petista, de 19 e 20 de março em São Paulo, com reuniões locais abertas à participação de todos os petistas que se identificam com a necessidade de manter uma organização política própria da classe trabalhadora.

UMA FERRAMENTA DE COMBATE AO PPE



Esta publicação reúne um conjunto de artigos de Julio Turra, membro da direção executiva da Central Única dos Trabalhadores (CUT), sobre o polêmico Programa de Proteção ao Emprego (PPE) transformado em 6 de julho de 2015 na Medida Provisória 680 do governo de Dilma Roussef e, posteriormente, sancionado como Lei 13.189 em 19 de novembro de 2015, ampliando o prazo original de adesão ao programa.

Esta publicação busca trazer elementos que permitam aos trabalhadores e seus sindicatos combaterem a falsa saída do PPE e cobrarem da CUT uma verdadeira batalha nacional por "nenhuma demissão" e pela redução da jornada de trabalho sem redução de salários.

32 PÁGINAS, PREÇO: R$ 4,00
PREÇO ESPECIAL DE LOTES DE 20 EXEMPLARES: R$ 60,00
FAÇA SEU PEDIDO: PALAVRA.LIVRARIA@GMAIL.COM

Memória

DOCENTES AMPLIAM SUA ORGANIZAÇÃO NACIONAL

O 2º Encontro Nacional de Associações de Docentes, marcado para o período de 25 a 29 de fevereiro, em João Pessoa, pode dar passos importantes no sentido de aprovar uma campanha salarial unificada a nível nacional de todos os professores universitários. Dessa forma, estarão caminhando junto com os professores da rede oficial, (...) que apontam em direção à greve geral nacional do professorado, pela satisfação de suas reivindicações. Os professores universitários constituem um importante setor da categoria: em 1979 ocorreram greves na USP, Unesp, Unicamp e PUC, todas em São Paulo; na UFRJ e escolas particulares do Rio; na PUC de Salvador, além de mobilizações em Minas e outros Estados.

O TRABALHO

A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores

Preparar o combate geral à ditadura

Prossegue o julgamento de Rholine Cavalcanti, Luciano de Almeida consegue a liberdade condicional no STM:

VITÓRIA

Leia na última página

A REVOLUÇÃO PROLETÁRIA E A SITUAÇÃO INTERNACIONAL

Repressão na Europa do Leste

A reforma e os partidos

O Trabalho nº 48 – 12/2/1980

Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel deste então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: "um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo". É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: www.otrabalho.org.br **Facebook**: www.facebook.com/jornalotrabalho
Arte: Mariana Waechter

CNTE em defesa dos direitos e contra o ajuste!

Convocada greve nacional em 15, 16 e 17 de março

A Confederação Nacional de Trabalhadores em Educação (CNTE-CUT) iniciou o ano convocando greve nacional de suas entidades (professores e funcionários das redes públicas) em 15, 16 e 17 de março.

Depois das lutas de 2015 contra o ajuste fiscal que ceifou R$ 10,5 bi do MEC, a CNTE propõe como pauta o cumprimento do Piso salarial nacional; contra a terceirização; contra a entrega das escolas às Organizações Sociais (OSs); contra o parcelamento dos salários e contra a militarização das escolas públicas.

Os cortes em 2015 causaram atraso do financiamento da construção de escolas, creches e quadras esportivas, cortes na formação de professores e a redução de repasses federais para municípios. Mesmo com o reajuste do Piso em 11,36% (0,69% acima da inflação), fixando-o em R$ 2135,64 para professores com nível médio, vários prefeitos e governadores se recusam a pagá-lo e parcelam salários, alegando falta de recursos, como é o caso do governador Pimentel (PT), de Minas Gerais.

O ajuste fiscal interessa aos golpistas que querem isolar Dilma, pois ao acelerar cortes de gastos e privatizações nos estados e municípios, corrói a já minguada base de apoio do governo federal.

Governadores atacam escola pública

Em Goiás, o governador Marconi Perillo (PSDB) anunciou a entrega de 300 escolas da rede pública para OSs, depois de ter entregue à PM 26 delas. Em São Paulo, onde prossegue a luta contra a "reorganização" tentada por Alckmim, seu secretário da Fazenda, Renato Villela, defendeu no jornal Valor Econômico que governadores e o Congresso deem fim à estabilidade no serviço público por causa da crise, ao mesmo tempo em que anunciou corte de R$ 6,8 bilhões, mais que o dobro da previsão de queda na arrecadação do ICMS. O discurso de "austeridade" é usado para congelar salários, enquanto crescem as denúncias de desvio de recursos da merenda escolar para propinas!

Em 2 de fevereiro, a CNTE promoveu um dia nacional de luta contra as OSs na escola pública. Também em fevereiro ocorrem paralisações e início de greves em defesa dos direitos dos trabalhadores em educação no Piauí, em Fortaleza e no município de São Paulo.

O que se está sinalizando ao governo Dilma é a urgente necessidade de mudança de política econômica, para que possa ser interrompido o desmanche da escola pública e sejam atendidas as reivindicações dos trabalhadores em educação.

Nelson Galvão

Congresso do ANDES não arma docentes para a luta

Realizado em Curitiba, maioria recusou o combate ao ajuste fiscal

O 37º congresso do ANDES-SN encerrou-se em 30 de janeiro sem armar os docentes universitários para os duros embates deste ano de 2016.

Logo na plenária de conjuntura, quando se votou a linha geral do sindicato ("centralidade da luta"), duas perspectivas se opuseram: de um lado, a da diretoria e delegados ligados ao PSTU, um discurso "radical" com o eixo genérico de defesa da universidade pública; de outro, de delegados cutistas, centrada na luta unitária com as organizações da classe trabalhadora contra a política de ajuste fiscal e, ao mesmo tempo, o combate ao golpismo.

Num congresso baseado em assembleias minúsculas controladas pelos setores que compõem a diretoria, a maioria recusou o combate ao ajuste como centro da luta, mantendo uma posição de "ala esquerda" do golpismo. Como se sabe, o ANDES, na linha da Conlutas, recusou-se a participar dos atos de massa contra o ajuste e o golpe, como o de 16 de dezembro, com o argumento de que não se manifesta junto com "governistas". Preferiu participar de atos da CSP-Conlutas com o lema "basta de Dilma", abrindo uma relação perigosa com o PSDB e a mídia golpista. Até a luta contra os efeitos do ajuste nos estados só passou a muito custo nos grupos, sendo incorporada à resolução geral excluindo o termo "ajuste", que seria uma linguagem "governista" (!?).

Criado Fórum Renova ANDES-SN

Mesmo numa situação de pressão, que chegou às vezes à violência verbal, formou-se uma resistência a essa orientação sectária e anti-sindical.

Reunidos durante o congresso, professores de 10 estados constituíram o Fórum Renova ANDES-SN. Ainda que o atual estatuto não tenha permitido lançar uma chapa para mudar a direção sindical nas eleições de maio próximo, o Fórum se prepara para os próximos eventos sindicais e para a luta na base. Para tanto, está fazendo circular o seu manifesto de lançamento em várias seções sindicais.

Convidamos os docentes interessados em resgatar o ANDES-SN para a luta sindical pelas reivindicações a organizarem reuniões para discutir o manifesto em suas universidades.

Everaldo Andrade

Não à privatização no setor elétrico e ao PLS 555!

Trabalhadores em luta contra privatização

O ano começou com mobilizações lideradas pela Federação Nacional dos Urbanitários (FNU-CUT) contra a privatização de empresas de distribuição de energia, iniciada com a CELG (Cia. Energética de Goiás) e que atingirá mais seis estados (AM, AL, RO, AC, PI e RR).

A CELG, controlada pelo governo goiano, foi federalizada em 2015, no que parecia ser uma medida de proteção à empresa, diante da política de Marconi Perillo (PSDB) de ataques aos serviços públicos. Mas a presidente Dilma, através do Decreto 8449/2015, incluiu em maio a CELG no Programa Nacional de Desestatização (PND), herdado de FHC e que até hoje não foi revogado.

O presidente da CUT-GO, Mauro Rubem, afirma que "A CELG é responsável pela distribuição e comercialização de energia elétrica em 98,7% do território goiano...arrecada R$ 600 milhões por mês e fatura cerca de R$ 8 bilhões por ano – e o governo pretende vendê-la, pasmem, por R$ 6 bilhões !". A situação é similar nos outros estados com estatais distribuidoras de energia.

Os ministros Jaques Wagner e Berzoini, numa reunião no início de janeiro com entidades que lutam contra a privatização das distribuidoras, se disseram abertos à discussão, mas depois, na audiência marcada para o dia 27, mandaram seu segundo escalão dizer que o governo não voltaria atrás na agenda de privatizações!

Além de ser inaceitável esta postura do governo, de costas para os interesses dos trabalhadores e da nação, reforça a ofensiva da direita em torno do PLS 555, que tramita no Senado, abrindo as portas para a venda de todas as estatais através de um novo estatuto.

A luta contra a privatização é uma luta em defesa da nação e dos interesses do povo. Não é mais possível aceitar que o PND dos tucanos siga em vigor e seja aplicado por um governo encabeçado pelo PT.

A hora é de somar forças para barrar as privatizações no setor elétrico e o PLS 555 que abre as porteiras para a entrega de todo o patrimônio público. Cabe à CUT ocupar todo o seu lugar nesta luta!

João B. Gomes

de 18 de fevereiro a 3 de março de 2016

DIÁLOGO E AÇÃO PETISTA PT

"AGIR COMO O PT AGIA!"

Encontro nacional será em 19 e 20 de março

O 2º Encontro Nacional do Diálogo e Ação Petista foi confirmado, pela reunião de sua Coordenação nacional de 22 de janeiro, para os dias 19 e 20 de março, no auditório da sede nacional do PT em São Paulo.

Sua convocatória já circula em todo o país e o prazo de inscrição para o evento é até o dia 13 de março. Uma pauta detalhada será enviada a todos os grupos do DAP oportunamente.

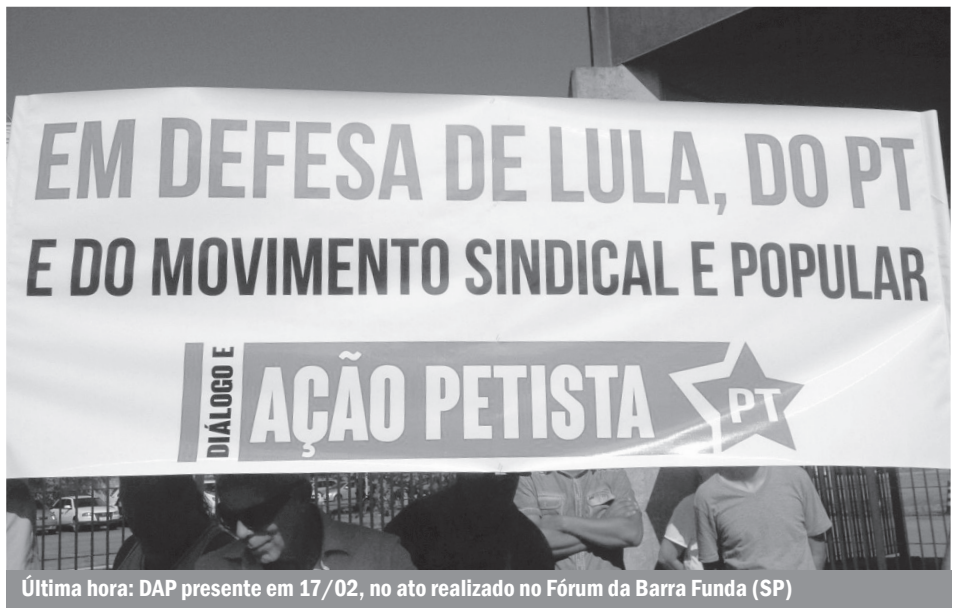
O Encontro não pode ser (e não será) uma mera reunião de interessados e curiosos. O Comitê Nacional do DAP, em sua última reunião, decidiu que o Encontro será realizado com delegados eleitos nos grupos de base que se organizam em vários estados.

A eleição dos delegados em reuniões de base dará a medida do anseio dos militantes petistas de recuperar o partido como instrumento de mobilização e luta, a razão primeira de sua fundação e existência.

É fundamental que os grupos de base se reúnam, discutam a conjuntura política (nacional e local), planejem sua intervenção e elejam os delegados mais capacitados para representar essas decisões.

Por último: o Encontro Nacional do DAP será bancado exclusivamente pela contribuição dos militantes, como convém a toda organização independente dos trabalhadores. O pagamento do "cafezinho" (R$ 5,00, no mínimo) resgata a história do PT e garante a independência da nossa atuação.

Roberto Elias Salomão (PT-PR)



Última hora: DAP presente em 17/02, no ato realizado no Fórum da Barra Funda (SP)

"Oxigenação que fazia falta ao PT"

Esta página ouviu o sindicalista gaúcho Paulo Farias, membro da direção da CUT-RS e dirigente do sindicato dos trabalhadores em alimentação de Pelotas, sobre sua participação no DAP e sua expectativa quanto ao Encontro nacional de março.

Paulo Farias

A participação no DAP tem qual significado para você?

O DAP para mim é uma nova oxigenação que estava fazendo falta ao PT, pois seu lema é " agir como o PT agia", resgatando assim o projeto fundador do partido feito com a base e pela base. E é isso que buscamos, embora tenhamos claro que voltar ao que era no início será difícil. Mas, se ao menos se conseguirmos promover a volta de encontros onde haja debates e as definições sejam tomadas às claras, reativando os núcleos de bairros e regiões e abolindo de vez o PED, já será um avanço. No grupo sindical no qual milito tenho o compromisso de levar este debate. E vamos realizá-lo contando com a presença de companheiros do DAP, para trocar ideias sobre a conjuntura e ajudar nas nossas discussões internas. Hoje o partido peca pela falta de discussão. Já as reuniões das coordenações nacional e estadual do DAP nos ajudam a entender e intervir na conjuntura.

Diante das tarefas colocadas, o que pensa que o Encontro nacional do DAP pode ajudar?

Nesse tiroteio que a direita promove contra o PT e suas lideranças, precisamos nos armar com argumentos sólidos. É preciso sair do Encontro com um planejamento mínimo de ações em defesa do PT e de cobrança ao governo federal, tais como não aceitar reformas que retirem direitos e colocar na agenda a nossa pauta de retomada dos empregos, com a redução da taxa de juros e com uma auditoria consequente da dívida pública.

O que você acha que pode ser feito quanto aos ataques contra o PT?

O PT não teve a coragem de mudar o "modus operandi" de fazer política quando assumimos pela primeira vez o governo federal em 2002. Os dirigentes achavam que, mantendo o mesmo modelo de cogestão, a direita ia dar mole ao partido e, em consequência, iríamos ser incluídos entre os partidos da ordem vigente, mas se enganaram. Sim, pois a direita sabe que o PT ainda tem trabalhadores que acreditam num mundo melhor e no socialismo. É uma brasa que está quase apagada, mas que quando acender de novo a luta vai emergir e ninguém vai segurar essa militância de novo. Sobre o ataque ao PT e seus dirigentes, o que está faltando é a solidariedade àqueles que ajudaram a dar o pontapé inicial no partido, por isso temos que promover ações em defesa de nossos companheiros, visitas periódicas, denúncias a cortes internacionais, pois estão prendendo, julgando e condenando sem direito de defesa, método muito parecido com o empregado na ditadura militar.

Reunião em Vila Matilde indica delegados

Em 13 de fevereiro, no bairro de Vila Matilde na capital paulista, realizou-se reunião do núcleo do DAP na sede do Diretório Zonal do PT.

Dentre os presentes estavam Elias Candido (presidente do DZ), Jackson Junior (membro da executiva do DZ) e Jair Alves (membro da executiva municipal do PT). A reunião discutiu a organização de um comitê de luta em defesa escola pública na zona leste e a participação do DAP Vila Matilde no Encontro nacional de março, cuja convocatória foi lida em voz alta.

A discussão registrou o desacordo de todos com a política de alianças desenvolvida pelo PT nos últimos anos, constatando-se que a mesma tem fragilizado as ações dos governos do PT, ao associá-lo aos seus inimigos, além de prejudicar a relação que os militantes petistas de base têm com os seus contatos...

Após essa discussão, foi destacada a importância do núcleo da Vila Matilde ter seus representantes no Encontro nacional do DAP, sendo indicados três companheiros como delegados: Elias Candido, Márcio Mendes e Edilene de Cássia.

No segundo ponto de pauta discutiu-se a continuidade da luta desenvolvida por integrantes do DZ da vila Matilde no final do ano passado junto às ocupações de escolas estaduais, com a criação de um comitê de luta que envolva a base social do diretório e outros agentes presentes nas comunidades que circundam a Escola Estadual Benedita Ribas do Tatuapé.

Ficou acertado que durante a semana seria discutida por e-mail a produção de um manifesto que servirá para organizar entidades e contatos da região. Uma próxima reunião ocorrerá em 5 de março, onde se fará o lançamento do comitê com as entidades e seus representantes.

O núcleo do DAP da Vila Matilde vai jogar força nesse Comitê, pois se constrói como impulsionador de um espaço de luta e mobilização em defesa das reivindicações dos trabalhadores e moradores do bairro.

Juliano Godói

Agora o alvo é Lula e, através dele, o PT

A crise prossegue e o governo Dilma oscila e se afasta de sua base social

Depois do alívio que a saída de Levy do governo provocou em militantes petistas e do movimento sindical e popular, a presidente Dilma demonstra que não aprendeu nada com o aperto que passou em 2015.

Os ingredientes da crise política estão aí: o "aliado" PMDB dividido numa ala "golpista" em torno do queimado Cunha, e outra "oportunista" que quer mais cargos, enquanto prepara candidatura própria para 2018. Já o PSDB dá sinais de "colaborar" com uma pauta "positiva" do governo (na verdade a pauta deles, tucanos, de privatização e ataques a direitos). Enquanto isso, o linchamento de Lula e do PT aumenta de tom, com o apoio dos jornalões e a desfaçatez de juízes do calibre de Sérgio Moro.

Não que a ameaça de impeachment esteja descartada, mas é visível que a "bola da vez" é Lula, e através dele o PT, que, como partido, não reagiu ao ataque da AP 470 em 2005 e que hoje paga o preço, com a prisão forjada de Vaccari e a ameaça de seus inimigos de destruí-lo por completo. De uma só tacada, a direita pró-imperialista quer se livrar de um candidato Lula em 2018 e encurralar as organizações de luta do povo trabalhador.

Que apito toca o governo Dilma?

Buscando mostrar-se confiável aos empresários locais e internacionais, o governo quer fazer "caixa" privatizando empresas do setor elétrico, anuncia uma reforma da Previdência repudiada pela maioria esmagadora do povo e aceita discutir a participação da Petrobras na exploração do Pré-sal, dadas as dificuldades da empresa. É um argumento similar ao de José Serra (PSDB) que, com o apoio de Renan (PMDB), quer votar no Senado a supressão da participação obrigatória da Petrobrás no Pré-sal por suas "dificuldades".

Quais "dificuldades"? Gilmar Mendes do STF responde: "a participação do PT na corrupção na Petrobras".

Enquanto isso, os ministros de Dilma batem cabeça. Rosseto diz que a prioridade não é a reforma da Previdência, mas Barbosa e Jaques Wagner dizem o contrário. E a situação econômica segue se deteriorando, com altas taxas de juros, recessão e desemprego.

Uma crise institucional maior, combinada com crise econômica, que exigiria do governo e do PT a ousadia de dar "um cavalo de pau", abrindo uma saída política com uma Constituinte e adotando medidas de emergência como a derrubada dos juros, o controle do câmbio e o fim da política do superávit primário.

Os que foram às ruas em 2015 para barrar a ofensiva da direita, defendendo a democracia e cobrando mudanças na política do governo Dilma, deram a prova que a força social para a mudança necessária existe. Mas se o governo continuar fazendo gols contra, ele pode até sobreviver até 2018, mas apenas para passar a faixa para os inimigos do povo trabalhador. Se o governo não mudar de política, cabe ao PT e às forças sociais que o elegeram rediscutir sua relação com ele.

Lauro Fagundes

No fechamento desta edição (17/02/16), ocorreu manifestação diante do Fórum Criminal da Barra Funda (São Paulo), onde Lula e sua esposa Marisa tinham sido chamados a depor no Ministério Público sobre apartamento no Guarujá. Na noite anterior, uma liminar suspendeu o depoimento, mas mesmo assim mais de 2 mil manifestantes se concentraram no local, inclusive com ônibus vindos de outros estados. Havia também uns 50 manifestantes da direita golpista que tentaram inflar o boneco "Pixuleco", protegidos pela tropa de choque da PM. Manifestantes solidários a Lula foram atingidos por gás e cassetetes, o que não impediu que o boneco fosse furado e não saísse do chão!

A epidemia que poderia ter sido evitada

Dengue e zika não são obras do acaso, mas do desmanche da Saúde Pública

A dengue tem sido objeto das maiores campanhas de Saúde Pública já realizadas no país. Em 2015 registrou-se o maior número de casos desde a criação do sistema que regula todas as doenças transmissíveis. Em 2016, dados preliminares mostram 110% de aumento dos casos no Distrito Federal e 40% em São Paulo em janeiro, quando comparados ao ano anterior.

O transmissor da doença, o mosquito Aedes aegypti, vem sendo enfrentado desde o início do século passado. Uma primeira campanha pública contra a febre amarela, também transmitida pelo mosquito, foi feita por Oswaldo Cruz no Rio de Janeiro (1902-1907), com brigadas sanitárias que eliminavam os focos do mosquito. Na década de 1940/50 o combate se intensificou e na década seguinte o mosquito chegou a ser considerado extinto no Brasil.

O crescimento urbano desordenado, somado às más condições de saneamento básico, resultaram numa nova proliferação do vilão-mosquito. A dengue, desde a década de 1980, teve picos de incidência a cada 2-3 anos.

Com a Constituição de 1988, os órgãos responsáveis por saneamento, prevenção e controle de doenças foram reunidos na Fundação Nacional de Saúde (Funasa). Os casos de dengue continuaram e os agentes "mata-mosquitos", servidores federais que vinham do período anterior, foram dispensados com a descentralização das ações para os municípios prevista no Sistema Único de Saúde (SUS).

A campanha para eliminar focos não é suficiente

Em 1996, com os casos de dengue hemorrágica, que podem ser fatais, o Ministério da Saúde (MS) elaborou o Plano de Erradicação do Aedes aegypti.

Desmanche dos serviços públicos

Ao longo dos anos a falta de investimentos e a descentralização das ações na saúde pública somaram-se à falta de fiscalização dos repasses.

O desmonte da Funasa, com redução de funcionários e precarização de suas ações, colaborou no aparecimento de epidemias. Os agentes sanitários foram substituídos por temporários e terceirizados, com serviços sendo transferidos para Organizações Sociais (entes privados).

Em 2002 o Ministério da Saúde adotou o Programa Nacional de Controle da Dengue (PNCD), admitindo ser impossível a erradicação do mosquito a curto prazo e responsabilizando as famílias para manter suas casas livres de criadouros (linha seguida até hoje).

Com a política do ajuste fiscal do governo Dilma em 2015, foram reduzidos gastos em saúde e repasses de verbas para o controle das doenças ligadas ao Aedes (além da dengue, a chikungunya). Os recursos na vigilância em Pernambuco, por exemplo, onde se identificou o vírus zika transmitido pelo mosquito-vilão, reduziram-se de 33,7 milhões para 24,1 milhões (dados do MS).

Enxugando gelo

Mutirões de autoridades, exército mobilizado, apelos às famílias, não resolverão de forma efetiva o problema, podem apenas minorá-lo. É preciso aumentar e priorizar investimentos em saneamento básico.

As ações de combate ao mosquito não podem concentrar-se apenas nos meses que antecedem as epidemias, mas devem ser constantes: coleta de lixo eficiente, serviço de abastecimento de água que evite perdas, ações educativas etc.

O povo está sofrendo as consequências do descaso com a saúde pública, cujo funcionamento exige mais recursos públicos, uma necessidade histórica que vem de décadas, mas que hoje bate de frente com a política de cortes de gastos públicos do famigerado ajuste fiscal.

Juliana Sales

A responsabilidade da CUT na atual situação

Em primeiro lugar, está a defesa dos trabalhadores e da nação

A CUT jogou papel central na luta da classe trabalhadora e da maioria do povo brasileiro ao longo de 2015. Ela se constitui no eixo em torno do qual se agruparam entidades sindicais e populares, movimentos, personalidades e setores partidários contra a ofensiva golpista da direita e na cobrança ao governo Dilma de respeito ao conteúdo do mandato popular que recebeu de avançar nas reformas democráticas e populares pendentes em nosso país.

E só pode cumprir esse papel porque preservou, através da discussão democrática em suas instâncias, sua independência diante do governo (que ajudou a reeleger) e sua autonomia diante dos partidos políticos (inclusive o da maioria de seus dirigentes, o PT).

Agora novos desafios estão colocados. O primeiro deles é o de rechaçar a proposta regressiva de reforma da Previdência que o governo Dilma pretende enviar ao Congresso em 60 dias (veja abaixo).

Não é possível qualquer consenso no Fórum de Debates criado pelo governo sobre emprego, salário e Previdência, com base no aumento da idade mínima de aposentadorias e igualá-la para homens e mulheres.

A privatização do patrimônio público para fazer "caixa" tampouco é aceitável ou negociável. Está certa a Federação Nacional dos Urbanitários (FNU, filiada à CUT) em exigir a anulação do processo de entrega de empresas de distribuição de energia para o setor privado, bem como o combate da FUP (petroleiros) ao projeto de lei de Serra que visa entregar o Pré-sal diretamente às multinacionais.

A CUT está chamada a ir às ruas novamente em março

No Congresso nacional se preparam pratos amargos para os trabalhadores, que exigem uma ação nacional liderada pela CUT para barrá-los: o PL 555, de novo estatuto das estatais que abre a porteira para privatizá-las todas; a volta da ameaça da terceirização ilimitada (PLS 30) agora no Senado, dentre eles.

Fazer do 31 de março uma grande jornada de luta

Essas grandes questões que dizem respeito ao conjunto da classe trabalhadora se combinam com o combate cotidiano em defesa do emprego, diante das demissões, e dos direitos atacados pelos patrões a pretexto da crise econômica. Está na ordem do dia a luta pela redução da jornada de trabalho SEM redução de salários, pois propostas como as do PPE apenas adiam novas demissões. É preciso mudar radicalmente a atual política econômica de juros altos e recessão.

Por tudo isso a CUT deve mobilizar suas bases nacionalmente para uma grande jornada de luta em 31 de março, incentivando os sindicatos a realizarem assembleias, as CUTs estaduais a fazerem plenárias de mobilização envolvendo os movimentos populares parceiros e todos os setores dispostos a sair às ruas, a ir a Brasília em torno de uma plataforma de reivindicações urgentes para defender os interesses dos trabalhadores e da nação.

Os grandes eixos acordados com as entidades que compõem as frentes na qual a CUT participa, como a Frente Brasil Popular, permitem essa ampla mobilização: Contra a reforma da Previdência; Não ao ajuste fiscal e os cortes nos gastos sociais; Em defesa do emprego e dos direitos dos trabalhadores; Fora Cunha; Contra o impeachment.

Eixos que devem ser desdobrados nas reivindicações concretas dos distintos setores da classe trabalhadora, para favorecer a mais ampla participação na jornada de 31 de março. É a luta que pode desbloquear a situação de crise em favor dos interesses da maioria da nação!

Julio Turra

Não há motivos para a reforma da Previdência

Argumentos do governo, apoiados pelo "mercado", não se sustentam

Dilma Rousseff e Nelson Barbosa estão centrando fogo na reforma da Previdência como principal instrumento de corte de gastos públicos, o chamado ajuste fiscal.

Com o apoio da mídia, eles propõem elevar a idade mínima da aposentadoria. O argumento seria o aumento da expectativa de vida da população e a queda da taxa de natalidade: "menos contribuintes na ativa para sustentar mais aposentados"; o que quebraria a Previdência super-deficitária. Certo? Errado.

A Previdência em si é superavitária. A contribuição dos trabalhadores urbanos ao INSS garante as suas aposentadorias futuras, a dos atuais aposentados e ainda as dos trabalhadores informais que não pagam o INSS, mas têm o direito de se aposentar. Em 2014, a previdência urbana teve saldo positivo de R$ 65,72 bilhões, apesar das renúncias feitas pelo governo de R$ 28,39 bilhões

Por que então Dilma diz que o orçamento da Previdência é deficitário?

O primeiro motivo é que nele se inclui o pagamento de aposentadorias e pensões aos trabalhadores rurais (cujos patrões nunca pagaram o INSS). Ora, trata-se de algo justo e necessário transferir renda para milhões de famílias rurais. Não é honesto incluir tal transferência – que por definição é deficitário (R$ 77,4 bilhões em 2014) -- no orçamento da Previdência.

Segundo, as desonerações do INSS sobre a folha de salários das empresas nos últimos 5 anos. O governo teve a ilusão que, ao dar essa ajuda aos empresários, eles retomariam os investimentos. Mas eles não só não investiram, como deixaram de contribuir ao INSS, o que gerou um rombo gigantesco. Só em 2015, o governo federal abriu mão de mais de R$ 40 bilhões em receitas da Previdência por conta de renúncias de impostos devidos por micro e pequenas empresas, entidades filantrópicas e exportadores agrícolas. Isso equivale à metade do chamado "déficit previdenciário".

Parar de desonerar empresas e combater a sonegação

Por outro lado, há anos, as receitas da Seguridade Social sofrem com a sonegação de contribuições (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, a CSLL, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social-COFINS, entre outras), que deixam de ser recolhidas. Sofrem também com a desvinculação das receitas da união (DRU), que desde 1994 vem desviando 20% do orçamento da Seguridade Social para a conta única do Tesouro nacional de onde sai para engordar o "superávit primário", ou seja, pagar os crescentes juros da dúvida pública aos credores.

O terceiro foco de déficit é a própria recessão, que já rondava o país com a crise mundial, mas que se aprofundou por conta do ajuste fiscal. O Plano Levy cortou gastos públicos e fez a economia entrar numa espiral de destruição de empregos. Os 1,5 milhão de postos de trabalho formais perdidos em 2015 levam a uma queda brutal nas contribuições previdenciárias.

O quarto motivo é o calote que empresários dão no INSS. A Associação dos Auditores Fiscais estima que a sonegação representa de 30% a 50% da arrecadação da Previdência.

Não há motivo nenhum para uma reforma da previdência. Não é necessário obrigar os brasileiros a trabalharem mais para resolver o problema das contas públicas. Ao invés disso, basta parar de pagar os juros escorchantes (acabando com a ditadura do "superávit primário") e cobrar dos empresários o que eles devem, acabando não apenas com a sonegação (ilegal) como com a desoneração.

Alberto Handfas

Um novo episódio do esvaziamento da escola no Brasil

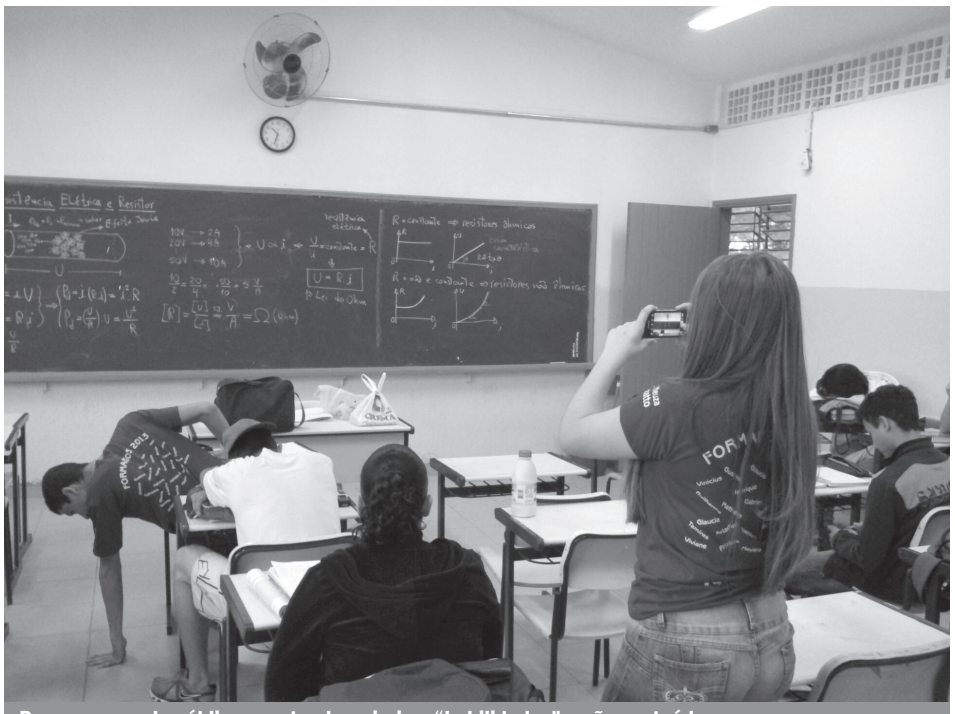
Trata-se da chamada Base Nacional Curricular Comum

Está no ar uma Consulta Pública sobre a composição de uma Base Nacional Curricular Comum – BNCC (cf. http://basenacional-comum.mec.gov.br/#/site/inicio).

A ideia é parte integrante dos documentos que compõem os eixos do Programa Pátria Educadora, que vem sendo construído desde que a presidente Dilma anunciou este lema para seu segundo mandato. O ajuste fiscal e a constante substituição de ministros, contudo, tem impedido o desenvolvimento desse plano. A implantação da BNCC, contudo, vem sendo impulsionada e a mencionada Consulta é parte deste esforço.

O leitor deve se perguntar o porquê da urgência de uma BNCC, visto que seguem vigentes, bem ou mal, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), ao mesmo tempo que há anos vem sendo aplicada uma política de avaliação da educação baseada em testes padronizados que impõem uma matriz curricular nacional, como é o caso do ENEM.

A ideia de um currículo mínimo nacional, em si mesma, é positiva, na medida em que aponta para a democratização das oportunidades de acesso aos conteúdos, ainda que por si só não as garanta. Contudo, como está se dando este processo e com que objetivo? Que elementos vêm fazendo com que entidades científicas como a Associação Nacional de Pesquisa em Educação (ANPED) e a Associação Nacional de Professores de História (ANPUH) venham se opondo à proposta colocada em consulta?


Para uma escola pública sucateada, priorizar "habilidades" e não conteúdo

Um cabal esvaziamento do Currículo nacional

Uma primeira leitura, mesmo superficial, da composição curricular apresentada no longo texto colocado à Consulta Pública deixa notar a incrível ausência de referência a conteúdos (mais evidente nas disciplinas que cobrem as ciências humanas do que naquelas disciplinas referentes às ciências da natureza). De fato, na maioria das disciplinas e séries, o que se vê é a substituição da substância do ensino por um conjunto de indicações metodológicas e de procedimento, em fórmulas carregadas de retórica que pouco explicam.

Na verdade, não se trata de uma falha de redação ou de uma concepção pedagógica equivocada. Trata-se da manifestação na BNCC da insistente ênfase nas "habilidades e competências", ou seja, na já conhecida pedra de toque do abandono dos conteúdos, numa perspectiva que visa a empurrar os alunos o mais brevemente possível para o trabalho ou, mais propriamente para o "empreendorismo", quer dizer, na falta de empregos formais, para o mundo do trabalho informal ou precarizado. Daí a insistência na "formação de atitudes" e não na aprendizagem dos conteúdos.

Por outro lado, a ideologia pedagógica das "habilidades e competências" corresponde ao desenvolvimento de uma perícia para responder a testes padronizados que dominam o sistema de avaliação institucional brasileiro e que são o instrumento de implantação de uma gestão por resultados com a responsabilização da ponta do sistema (redes municipais, escolas e professores) pelo desempenho escolar, desresponsabilizando o estado e estimulando, por meio da chamada gestão democrática, as parcerias com os entes privados, ou mesmo a transferência de redes inteiras para a gestão das Organizações Sociais. O tipo de currículo proposto espelha o modelo de tais testes padronizados e massificados. Quer dizer, o que está na base é a racionalização do financiamento, um aspecto do ajuste fiscal.

Quem vai gerir essa Base Curricular?

Se encontra também disponível na internet um site de um tal Movimento pela Base Nacional que se define como "um grupo não governamental". Curiosamente, a iniciativa de instauração da BNCC foi tomada formalmente por esta ONG que reivindica que a gestão do currículo seja realizada por entes não estatais.

Uma das entusiastas deste modelo, Guiomar Namo de Mello, acredita que o processo deva ser liderado por um "fórum interfederativo", com a participação do Ministério, dos estados e dos municípios. Segundo ela: "a base nacional comum é um projeto de país, o que nós queremos que nossos alunos aprendam para sobreviver no século XXI. E mais, o grupo está propondo que a liderança do processo não seja do governo federal, do MEC".

Trata-se de um modelo já experimentado em países como os EUA, e mesmo no Brasil nos episódios da adoção do atual sistema de avaliação e no da malograda reforma universitária, e que, na base do controle da implantação do currículo por fundações e institutos privados, cria um mercado de consultoria e assessoria a Estados e Municípios pelos mesmos formuladores da BNCC.

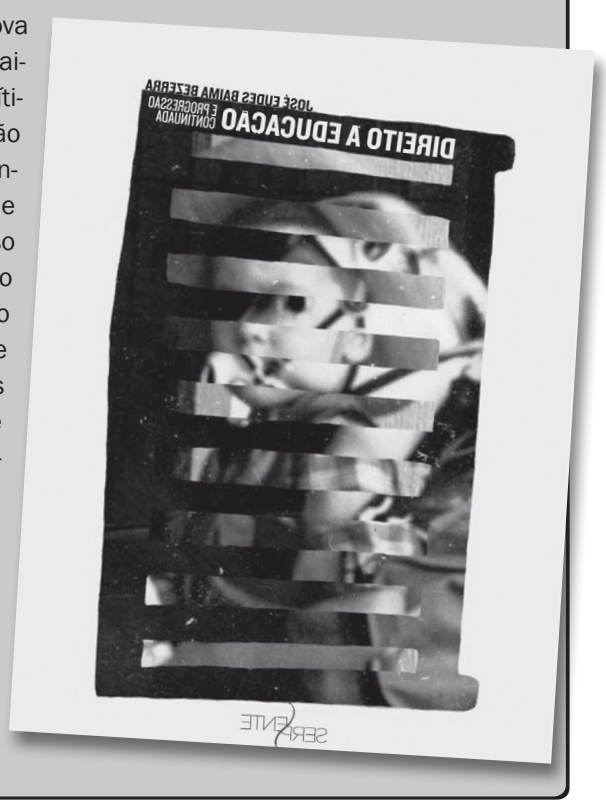
Por fim, a Consulta Pública aberta até 15 de março na internet nada tem de democrática. Nenhuma entidade sindical ou científica de professores e estudiosos foi chamada a se posicionar sobre o assunto, ou seja, não se buscou a opinião dos profissionais organizados. Ao invés disso, se acolhem contribuições individuais, pontuais e que não podem questionar o processo no seu conjunto.

Um governo eleito para cumprir um programa de reformas democráticas não pode impor este projeto de destruição do ensino e dos conteúdos escolares. A CNTE e outras organizações devem exigir a retirada desta proposta e a abertura de uma discussão com vistas a um currículo efetivamente centrado na aprendizagem dos conteúdos que a experiência humana tornou clássicos e necessários à formação das camadas populares, submetidas a anos de esvaziamento do ensino.

Eudes Baima

DIREITO À EDUCAÇÃO E PROGRESSÃO CONTINUADA

Nesta obra da editora Nova Palavra o professor Eudes Baima analisa as polêmicas políticas educacionais de aprovação automática e suas consequências perversas: a exclusão de jovens e crianças do processo de aprendizado. Discussão fundamental em um cenário de ameaça às instituições de ensino, com cortes de verbas públicas para educação e fechamento de escolas. Leitura obrigatória para todos aqueles interessados em defender a escola e o direito à educação."



Preço: R$ 24,90.
Peça seu exemplar:
palavra.livraria@gmail.com

Acaba de realizar-se o 9º Congresso da 4ª Internacional

Realizado de 8 a 10 de fevereiro em Paris, reforça a organização para enfrentar crise mundial

O 9º Congresso da 4ª Internacional, culminando uma batalha de seis meses em defesa das suas tradições políticas e organizativas, virou uma página e concentrou-se na tarefa do momento: a urgente necessidade, quando o conjunto da situação mundial sofre tremendos abalos, de imergir-se na classe trabalhadora e suas organizações, para ajudá-la a barrar a ofensiva destruidora do imperialismo e organizar a sua contraofensiva emancipadora.

Registrando uma grande homogeneidade na livre discussão travada entre os delegados vindos dos quatro cantos do mundo, o congresso, além de uma resolução sobre as tarefas da 4a Internacional e suas seções, adotou uma Declaração dirigida a todos os militantes do movimento operário, da qual reproduzimos trechos abaixo (ver a versão integral em www.otrabalho.org.br).

Militantes da seção francesa (CCI) assistem prestação de contas de delegados do congresso (10/01)

Declaração do 9º Congresso mundial

"A aceleração sem precedentes da decomposição de todo o sistema de dominação imperialista manifesta-se, atualmente, na ameaça iminente de desmoronamento de todo o sistema financeiro mundial, na extensão brutal para toda a Europa de uma guerra que, há décadas, devasta o Oriente Médio e a África e no deslocamento de dezenas de milhões de homens, de mulheres e de crianças expulsos de suas casas pela miséria e pela guerra. (...)

Em uma tentativa desesperada de salvar o sistema de exploração bárbara que sufoca sob o peso de suas contradições fundamentais, o imperialismo (incluindo todos os seus componentes, que competem uns com os outros), da forma mais cínica, decidiu colocar em cena os horrores que ele mesmo organizou. Seu objetivo é aterrorizar os trabalhadores e os povos ao redor do mundo, para tentar conseguir os meios de dinamitar as principais conquistas sociais e políticas arrancadas pela luta secular do proletariado, coisa que jamais conseguiu. Ele decidiu tentar, nessa mesma operação, varrer todas as conquistas democráticas obtidas pela luta de libertação dos povos, que arrancaram sua soberania das mãos das potências coloniais. (...)

Claramente, a humanidade chegou a uma fase crucial da sua história

Nesta situação de contrarrevolução desencadeada pelo imperialismo em todos os continentes, num cenário de extensão da guerra, preparam-se gigantescas explosões revolucionárias, à imagem das que sacudiram a Tunísia e o Egito em 2011, da que continua e se aprofunda na Palestina, ou das que se preparam na América Latina. (...)

Nos países imperialistas, os partidos políticos que tradicionalmente se reclamam da classe operária estão submetidos a um processo de desintegração, rejeitados pelas massas por ter servilmente acompanhado a política de seus respectivos governos (de direita ou de esquerda) e, cada um à sua maneira, por ter acompanhado a preparação da ofensiva mortal que se desenvolve hoje. Nesta situação, os trabalhadores buscam encontrar pontos de apoio em suas organizações de classe, especialmente nos sindicatos, tentando valer-se delas para organizar sua resistência.

Nunca a crise no seio dessas organizações atingiu tais proporções. Elas são ameaçadas de desmantelamento pela pressão que o capital financeiro exerce para forçá-las a acompanhar os seus planos. A questão da existência e da independência das organizações torna-se assim um dos objetivos fundamentais da luta de classes.

Nos países dominados, os partidos operários ou aqueles que se reclamam do 'anti-imperialismo', e que se desenvolveram na luta para defender a nação (e sobreviveram), enfrentam um dilema frente à nova ofensiva lançada pelo imperialismo: ou sobreviver e se desenvolver, ajudando a reunir a nação sob a liderança da classe operária, realizando as tarefas democráticas nacionais, para levantá-las contra as pretensões do imperialismo e de seus agentes oligarcas, ou então desaparecer.

Neste terreno comum e altamente político está sendo jogado, sob formas particulares em cada um dos cinco continentes, o resultado do combate contra a guerra e a barbárie. Neste terreno, o destino da humanidade está em jogo. E é também neste terreno que se reforçam e se reconstruirão, tecendo novos laços de solidariedade em escala internacional, os autênticos partidos operários independentes dos quais a classe operária necessita para arrancar o poder das mãos do capital financeiro.

É neste quadro que a 4ª Internacional sustenta as atividades do Acordo Internacional dos Trabalhadores e Povos. (...)

A 4ª Internacional, reunida em seu 9º Congresso Mundial, convida todos os trabalhadores, os militantes, os jovens a se associarem a esse combate, a participar na elaboração das formas que esse combate deverá tomar em relação às rápidas mudanças da situação. E, para fazer isso, a 4ª Internacional os convida a se incorporarem às suas fileiras."

Mobilizações na França em "estado de emergência"

Ouvimos o dirigente da CGT-FO, Patrick Hébert, sobre o ocorrido em 26 de janeiro

O Trabalho – Qual é a sua apreciação sobre as mobilizações de 26 de janeiro?

Patrick Hébert – A greve de 26 de janeiro foi originalmente chamada pelas federações de funcionários públicos da CGT, CGT-FO e Solidaires, com a FSU dando liberdade a seus sindicatos de aderir ou não. Mas nos fatos, em numerosos departamentos (divisão administrativa da França, NDT), não só a FSU se juntou ao movimento, mas muitas uniões departamentais dessas centrais não só apoiaram o movimento dos funcionários, como convocaram o setor privado a se somar às manifestações.

A greve foi um sucesso incontestável. O número de grevistas foi maior do que o dos movimentos anteriores. De um ponto de vista mais subjetivo, sentia-se que todos estavam prontos para a luta e muitos militantes e grevistas se colocavam a questão da continuidade.

OT – E qual seria, então, essa continuidade?

PH – Em 9 de abril de 2015, as mesmas quatro centrais organizaram uma greve interprofissional com manifestações importantes, como em Paris, com 150 mil trabalhadores. Depois, o governo (de Hollande do PS, NDT) continuou a golpear e hoje é o próprio Código de Trabalho, e para o setor público o seu estatuto, que estão ameaçados. Amadurece a ideia de uma greve geral no país para bloquear esse ataque. Os movimentos que ocorreram entre os camponeses, taxistas e médicos, reforçam ainda mais esse sentimento.

Mesmo se as coisas são mais complicadas, podemos resumir que existem na França dois eixos que agrupam os sindicatos: o de colaboração com o governo, em torno da CFDT; o eixo da resistência, em torno da CGT e da CGT-FO.

A CGT terá em breve o seu congresso e a questão da ação interprofissional está em debate. Quanto à CGT-FO, a última reunião de seu comitê confederal nacional deu mandato ao Secretariado e à sua Executiva para decidir uma iniciativa de forma rápida. O sucesso do 26 de janeiro deve acelerar uma tomada de decisão.

Ato em defesa dos sindicalistas espanhóis

Campanha apoia 300 perseguidos por greve e exige revogação de artigo do Código Penal

Em Madri, a Comissão Internacional em Defesa dos 300 perseguidos por greve e pela revogação do artigo 315.3 do Código Penal organizou um grande ato internacional em 5 de fevereiro. Esse artigo, inspirado na legislação da ditadura de Franco, permite perseguições judiciais em razão de atividades grevistas.

Realizado às vésperas do julgamento de oito companheiros da Airbus e quando os processos contra mais de 300 trabalhadores tiveram as primeiras condenações à prisão, o ato contou com a participação de dirigentes das centrais sindicais CCOO e UGT, advogados dos trabalhadores, deputados e dirigentes do Partido Socialista (PSOE), Podemos, Esquerda Unida-Unidade Popular (IU-UP) e do Partido Comunista Espanhol (PCE).

Falaram na tribuna, entre outros, Julio Turra (CUT Brasil), Christian Renard (CGT da Construção Civil de Paris, França), Gérard Bauvert (Comitê Internacional contra a Repressão) e Henrique Gomes (Sindicato dos Bancários de Portugal).

Ato de ampla frente única em Madri em defesa do direito de greve

Declaração da comissão (trechos)

"Saudamos e encorajamos a terem continuidade as importantes ações de solidariedade internacional iniciadas por organizações sindicais e políticas de 17 países (...).

Felicitamo-nos com a apresentação, para aprovação na nova Mesa Diretora do Congresso de Deputados, de várias propostas, que não têm o caráter de lei, e vão no sentido da defesa das reivindicações dos trabalhadores. Em particular, a apresentada pelo PSOE e a apresentada pela IU nas legislaturas anteriores, e apoiadas por outras bancadas parlamentares, pela revogação do artigo 315.3 do Código Penal e a revisão ou anulação dos processos em virtude de greves contra os oito da Airbus e os 300 perseguidos em razão de greves na Espanha.

Chamamos todas as bancadas parlamentares e deputados que se reivindicam da defesa dos direitos dos trabalhadores e das liberdades sindicais e democráticas a não permitir que se mantenha um governo responsável por tantos ataques contra as liberdades, como a lei da mordaça, e para que a greve não seja considerada um delito. É hora de defender o direito de greve. É uma urgência para todos nós, trabalhadores deste país, que seja aprovada a proposta, sem caráter de lei, que quer tornar efetivas a revogação do artigo 315.3 do Código Penal e a anulação de processos contra todos os trabalhadores por sua participação em greves. (...)

Além do processo contra os oito da Airbus, verdadeiro processo político (...), no que se refere à Comissão Internacional em Defesa dos 300 perseguidos em razão de greve, continuaremos a recolher novos elementos de solidariedade do movimento sindical internacional. (...)

Levaremos todos os apoios recolhidos a nossas centrais sindicais (CCOO e UGT), que organizam a defesa e a mobilização para todos os seus militantes e para todos os trabalhadores perseguidos em razão de greves.

Em defesa do direito de greve!

Que a greve não seja um delito!

Revogação do artigo 315.3!

Não são oito, somos milhares!".

Correspondente

Portugal: rechaçar a ingerência da Comissão Europeia

Eleições de outubro deram origem a novo governo de esquerda

A partir das eleições portuguesas de outubro, um novo governo, integrado pelo Partido Socialista (PS), Partido Comunista Português (PCP) e Bloco de Esquerda (BE), assumiu, derrotando a coalizão dos partidos de direita (PSD/CDS). O fato foi vivamente comemorado pelos trabalhadores (veja OT-777). Diante dos desafios colocados nesses primeiros meses, publicamos trechos do editorial do jornal "O Militante Socialista" nº 119, editado pelo Partido Operário de Unidade Socialista (POUS), seção portuguesa da 4ª Internacional.

"O caminho não pode continuar a ser este"

"As medidas positivas tomadas pelo governo, após a violência da política revanchista e de destruição imposta pelo governo PSD/CDS, só podem ser recebidas com agrado pelo conjunto dos trabalhadores e da população em geral. Mas elas implicam outras, para de fato romper com a austeridade e potencializar tudo o que Portugal possui, num quadro de partilha e cooperação com outros povos.

Tribuna Livre da luta de classes
o militante socialista
Publicação Mensal
O povo não aceita a chantagem da União Europeia e do FMI!
A soberania – para aprovar um Orçamento do Estado que responda às necessidades do país, dos trabalhadores e das populações – está nas mãos da maioria PS/BE/CDU!

Elas implicam, por exemplo – como afirma a direção da CGTP (Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses) – mexer nos lucros das grandes empresas, algumas estratégicas e que foram alienadas à nação portuguesa. (...)

Mas o 'esboço' do Orçamento do Estado para 2016 não obedece a esta lógica: ele é feito de modo a preservar todos os compromissos do Estado português com as instituições internacionais do capital financeiro. Esses compromissos impõem um orçamento que prevê a entrega de mais de 8 bilhões de euros para pagar os juros de uma dívida que o povo não contraiu. São eles que tornam complicado pôr em prática a decisão de repor as 35 horas aos funcionários públicos, quando o governo foi tão célere em entregar o Banif (banco português) a um banco estrangeiro, acompanhado de um dote de 2,2 bilhões (euros). São esses compromissos que levam a que o aumento do salário mínimo tivesse sido compensado com a redução da contribuição das empresas para a Segurança Social, ou com o aumento do imposto sobre os combustíveis. Mesmo assim, com um orçamento feito segundo a lógica do sistema defendido pela União Europeia, aí está ela, acompanhada pelas agências de 'rating', (...) pelo PSD e CDS, com todos os comentadores de serviço a dizer que vem aí de novo o 'desequilíbrio das contas públicas'.

Os trabalhadores não ficam surpreendidos. A realidade diz-nos que tudo o que de positivo foi conseguido resultou do esforço de mobilização (...).

Têm razão os bancários ao dirigirem-se às direções sindicais do setor – bem como da CGTP e da UGT (União Geral de Trabalhadores) – dizendo-lhes: 'O que se espera das nossas organizações de classe é que organizem o combate, para que todos juntos consigamos concretizar a nossa mais elementar pretensão – o direito ao trabalho'. Não será esta mobilização unida que pode impedir que seja dada mais uma machadada na soberania do povo português?

A direção da CGTP afirmou, em coletiva de imprensa, a 2 de fevereiro: 'A Comissão Europeia persiste numa linha errada, que pressupõe a retirada de direitos das pessoas. Por isso, é necessário que o governo resista a esta pressão e é necessário criar uma contestação nacional a esta ingerência, para mostrar que o caminho não pode continuar a ser este'.".

A Alemanha diante da onda de refugiados

Pressão de milhões de pessoas agrava a crise da União Europeia

Fugindo das guerras provocadas pelas grandes potências no Oriente Médio, sobretudo na Síria, uma maré humana inunda a Europa. São milhões de trabalhadores, em boa parte qualificados, que vão precisar de emprego, escolas para os filhos, sistema de saúde, assistência social…

Mas como acolher tanta gente numa União Europeia decadente, em crise devido às políticas chamadas "de austeridade"?

Os partidos se dividem. Alguns falam em restabelecer as fronteiras – inclusive com cercas! - o que implodiria um dos pilares da UE, que é a "livre circulação de mercadorias e pessoas". Outros pretendem um tratamento falsamente solidário (dito "humanitário") que consistiria em mobilizar a população residente para colaborar voluntariamente no acolhimento aos refugiados.

Refugiados sírios em acampamento na Alemanha

Portas abertas?

Em 2015, somente na Alemanha, chegaram mais de um milhão de refugiados que a atual chanceler, Angela Merkel (de direita), declarou demagogicamente receber "de portas abertas". Mas a realidade é que também a Alemanha foi alvo dos planos de destruição de direitos e serviços públicos iniciados ainda no governo social-democrata de Gerhard Schroeder, em 2003.

A degradação atinge administrações municipais, a previdência social, os alojamentos sociais, escolas e hospitais. Em Frankfurt, por exemplo, havia um déficit de 69 mil alojamentos estudantis ao qual, agora, junta-se a necessidade de alojamentos para refugiados. Muitos são alojados em escolas, já degradadas por falta de manutenção, provocando interrupção ou suspensão de aulas para os estudantes.

Na saúde, há um déficit de 160 mil enfermeiras e auxiliares de enfermagem. E o governo ainda quer que as enfermeiras façam trabalho voluntário para tratar dos refugiados.

Direitos iguais x trabalho precário

Incapaz de colocar tanques de guerra na fronteira para contê-los, Merkel opõe os refugiados aos demais trabalhadores. Na Alemanha, o salário mínimo é de 8,50 euros por hora (os sindicatos estão em campanha para aumentar para 10 euros). Mas desde 2005 existe o que se chama de "trabalho por 1 euro". São trabalhos informais, por fora de regulamentação e de convenções coletivas, sem nenhum direito, destinados a trabalhadores desempregados que recebem ajuda do Estado.

Por causa desse "trabalho a 1 euro por hora", a Alemanha é recordista na Europa em número de trabalhadores informais. Agora, como parte da política de "portas abertas", o governo e os empresários querem criar mais 100 mil "vagas" de 1 euro para os refugiados.

Cinicamente, preveem que 10% dos imigrantes se integrarão ao trabalho formal, enquanto 40% vão para o trabalho precário e 50% permanecerão desempregados, exercendo-se, assim, uma considerável pressão sobre o trabalhador empregado.

Tornou-se central a questão elementar da defesa da integração dessa força de trabalho à classe trabalhadora alemã, com os mesmos direitos sociais, os mesmos salários, o mesmo sistema de previdência.

Especialmente no setor público, já nas próximas negociações das convenções coletivas, essa luta se combina com a defesa de abertura de mais vagas e mais verbas públicas para recuperar e ampliar os serviços.

Edison Cardoni

"A solução é militarizar as fronteiras"

Pretenso "ultrarrevolucionário", Slavoj Zizek sai em defesa da União Europeia

A livre circulação de trabalhadores no interior dos 26 países signatários do acordo de Schengen (nome da cidade onde foi assinado) é um dos pilares da União Europeia. Seu objetivo é favorecer o nivelamento por baixo do mercado de trabalho. Por exemplo, os patrões franceses e alemães podem utilizar a pressão da mão de obra mais barata vinda da Polônia ou de Portugal para chantagear os "seus" trabalhadores a aceitar redução de direitos.

Mas esse dispositivo, essencial para os capitalistas garantirem a redução do custo do trabalho, está em vias de implodir. Estados do espaço Schengen já decidiram - ou estão na iminência de decidir - o restabelecimento das fronteiras visando a conter a maré migratória do norte da África e Oriente Médio que, em 2015, atingiu níveis inéditos.

Ao mesmo tempo que os governos lamentam o afluxo de refugiados, prosseguem os bombardeios sobre a Síria, criando mais refugiados – como se vê agora na fronteira da Turquia, que recebe verbas da UE para contê-los.

Muros e cercas

Diante da impotência da UE diante da crise, multiplica-se a construção de barreiras físicas para bloquear a chegada dos refugiados. A Hungria construiu um muro na fronteira com a Sérvia, medida depois estendida às fronteiras com a Croácia e a Romênia. A Eslovênia construiu uma cerca separando-a da Croácia. A Áustria, por sua vez, anunciou a construção de um muro separando-a da Eslovênia. Em todos esses casos, a polícia e o exército estarão encarregados de impedir pela força a entrada dos imigrantes. Já a Dinamarca aprovou uma lei autorizando o confisco, nos postos fronteiriços, de bens e dinheiro dos refugiados para "custear sua estadia no país".

Slavoj Zizek

Avança-se, assim, para a militarização das fronteiras exteriores, "solução" praticada por partidos europeus de direita e ultradireita, mas também defendida pelo esloveno Slavoj Zizek, apresentado como um ultrarrevolucionário, "Elvis Presley da filosofia", e que, hoje, é cultuado por agrupamentos como o Podemos da Espanha e setores do P-Sol, no Brasil.

Em entrevista à Folha de S.Paulo (novembro de 2015), Zizek afirma que se a Europa "permitir que venham os refugiados haverá uma revolta populista de direita e o fortalecimento dos políticos de direita". E, sem o menor pudor, conclui que "a única solução, no curto prazo, é a militarização [das fronteiras]", acrescentando que "só uma grande organização como as Forças Armadas podem fazer isso" (sic!).

Assim, segundo a filosofia reacionária de Zizek, para evitar o crescimento da direita é preciso... defender a UE praticando a política da direita! É mais um que fornece argumentos falsamente teóricos para bloquear a ação da classe trabalhadora europeia em defesa de suas conquistas, ameaçadas pelos planos de "austeridade", razão de ser da UE. Uma luta que hoje se associa ao combate para que os trabalhadores refugiados sejam integrados, com todos os direitos, ao mercado de trabalho formal de cada país.

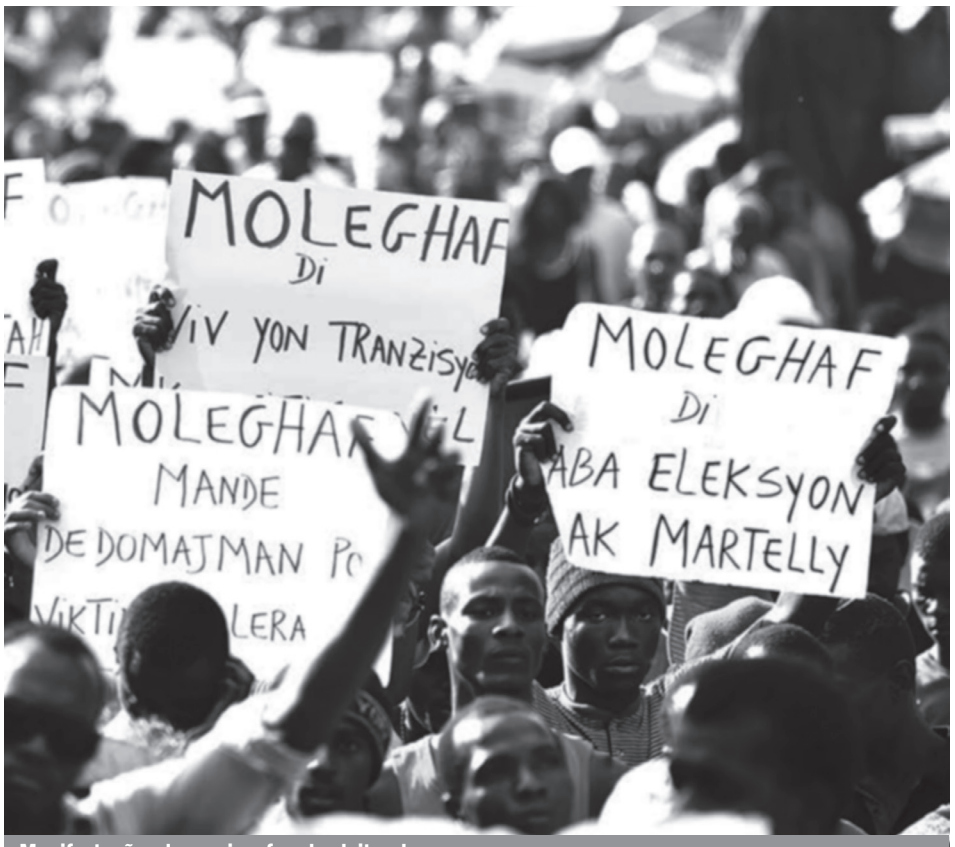
Rafael Potosi

O significado da transição no Haiti

Depois de fracassar a tentativa de impor um presidente pela fraude, imperialismo estadunidense ajusta sua tática

No dia 14 de fevereiro, tomou posse como Presidente provisório do Haiti o Senador Jocelerme Privert, depois da assinatura, em 6 de fevereiro, de um acordo pelo então Presidente Martelly, imposto pelos EUA em 2011, com os presidentes do Senado (o próprio Privert) e da Câmara dos Deputados –duas instituições formadas total ou majoritariamente por parlamentares saídos das fraudulentas eleições de 9 de agosto e 25 de outubro de 2015.

Trata-se de uma transição que visa apenas a impedir o vazio institucional e conter a mobilização popular. Até meados de janeiro, os EUA - apoiados por a França, Canadá, a Minustah (comandada pelo Brasil), OEA - tudo fizeram para completar o processo eleitoral fraudado de 9 de agosto e 25 de outubro. Pretendiam que o sucessor de sua escolha fosse "eleito" em 24 de janeiro para receber em 7 de fevereiro a faixa presidencial de Martelly, que encerrava o mandato e que ameaçou manter-se no poder caso um acordo para continuar as eleições não fosse alcançado.



Manifestações denunciam fraude eleitoral

Soberania nacional e popular

Tal ofensiva foi derrotada por uma potente mobilização de massas que eclodiu em todo o país, exigindo Fora Martelly e eleições livres. Respondendo a esse movimento, um comunicado da organização Moleghaf comemorava a anulação do 24 de janeiro e afirmava que "a luta deve continuar para livrar o país da Minustah e organizar eleições livres em vista de garantir a soberania nacional e popular que só pode ser estabelecida com a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte Soberana".

Confrontada à constituição de um governo provisório, Moleghaf defendeu o que chamou de "uma solução haitiana para o Haiti, um governo formado por todas as forças vivas da nação, encarregado de assegurar a manutenção do conjunto dos serviços públicos e de organizar as eleições para uma Assembleia Constituinte Soberana à qual ele deveria entregar o poder no prazo máximo de três meses – eleições sem a presença da Minustah e recusando todo financiamento do Core Group (1), da USAID (2) e de outras instituições capitalistas internacionais".

Fanmi Lavalas

A maioria da oposição, no entanto, em contradição com a vontade popular, caminhou para aceitar o acordo de 6 de fevereiro, que não anula as eleições fraudulentas, mantém a presença da Minustah e, portanto, não restabelece a soberania do Haiti.

O presidente provisório, Jocelerme Privert, de 62 anos, é membro do partido Initi, do ex-presidente René Preval. Ele era Ministro do Interior, em fevereiro de 2004, quando o Presidente Bertrand Aristide foi derrubado por ingerência dos EUA.

Sua eleição foi apoiada pelo Fanmi Lavalas, partido de Aristide, e sua posse foi prestigiada por membros dos principais partidos que concorreram às eleições de outubro, o Ptit Desalin (do ex-senador Jean-Charles Moïse, que defende a retirada da Minustah), e a liga Lapeh (de Jude Célestin que, segundo os resultados fraudadods de 25 de outubro teria ficado em segundo lugar nas eleições para presidente).

Pelo Fanmi Lavalas, compareceram a candidata a presidente, Maryse Narcisse, a esposa do ex-presidente Aristide, Mildred Trouillot e todas as suas tendências políticas do partido.

Conforme o acordo de 6 de fevereiro, Jocelerme Privert está mandatado para recompor o Conselho Eleitoral Provisório e "relançar o processo eleitoral após a avaliação das etapas já realizadas" – portanto respeitando o quadro das eleições fraudadas. O segundo turno presidencial está marcado para 24 de abril com a posse do novo presidente da república prevista para 14 de maio de 2016.

A luta contra a ocupação do país pela Minustah, contra a ingerência das potências imperialistas continuará, agora sob novas formas.

Correspondente

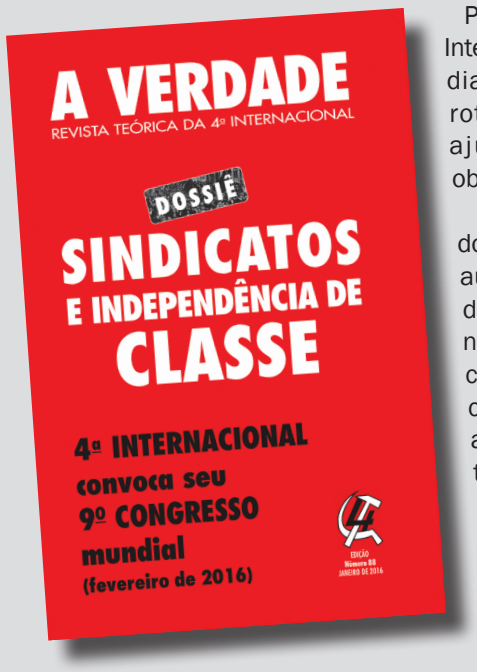
(1) Core Group: Embaixadores do Brasil, Canadá, União Europeia, França, Espanha, Estados Unidos e a representante especial da OEA.

(2) Usaid: Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento, utilizada pelos EUA para exercer a ingerência nos países das Américas.

SAIU A NOVA EDIÇÃO DA REVISTA A VERDADE

Já está disponível para os leitores a edição 88 em português de A Verdade, revista teórica da 4ª Internacional. A arrecadação desta edição é destinada ao financiamento da delegação brasileira ao 9º do Congresso Mundial da 4ª Internacional

Nesse número, está publicado, além da convocatória do 9º Congresso Mundial, um importante dossiê sobre "Sindicatos e Independência de Classe" com 22 textos de Marx, Engels, Lenin, Trotsky e Pierre Lambert, dando continuidade ao dossiê "Centralismo e Democracia" da edição anterior.



Parte do esforço de toda a 4ª Internacional para armar os militantes diante da tarefa de rejeitar toda rotina e conservadorismo, para ajudar a classe a superar os obstáculos em suas lutas.

Com esse objetivo, a revista reúne documentos teóricos e políticos para auxiliar os militantes a se apropriar da experiência histórica do marxismo nos sindicatos para formular, em cada luta, a partir da "a análise concreta de uma situação concreta" as respostas necessárias para os trabalhadores avançarem.

Solicite a um colaborador de O Trabalho seu exemplar por R$ 20,00 (116 páginas) ou peça pelo e-mail: palavra.livraria@gmail.com

Assine *O TRABALHO*
Receba *O Trabalho* em sua casa, a cada quinzena

■ 12 edições: R$45,00 ■ 24 edições: R$90,00 ■ 24 edições Solidário: R$150,00

A partir do nº _____ Nome: _____
Endereço: _____
Cidade: _____ Estado: _____
CEP: _____ Tel.: _____
E-mail: _____

Peça sua assinatura por e-mail ou carta
Deposite na conta Banco do Brasil – Agência: 4055-X, C/C: 8894-3
Envie comprovante junto com o cupom para Rua Caetano Pinto, 678 – CEP 03041-000 – São Paulo
Fone/fax: (11) 2613-2232